

1 **GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA:**
2 **ANÁLISE DO PONTO DE VISTA CIENTÍFICO E IDEOLÓGICO**

3 *Ricardo Santos David (FCU)¹*
4 *ricardosdavid@hotmail.com*

5
6 **RESUMO**

7 **O presente artigo trata de dois olhares sobre a gramática e ensino de língua: cien-**
8 **tífico e ideológico. A base que norteia o conteúdo do texto é um diálogo entre descrição**
9 **linguística e os efeitos de sentido nos discursos produzidos sobre a disciplina gramáti-**
10 **ca, sobretudo no que tange à constituição histórica do sentido predominante nos dis-**
11 **versos níveis do ensino de língua: ensino básico e ensino superior.**

12 **Palavras-chave: Gramática. Ensino de língua. Linguística. Discurso.**

13
14 **1. Introdução**

15 Falar sobre gramática e ensino é uma tarefa comparada ao cami-
16 nhar sobre um tapete de ouriços, uma vez que os discursos produzidos no
17 decorrer da história internalizaram valores e modelos – barreiras difíceis
18 de serem ultrapassadas – pois promovem categorias de pensamento que
19 não se podem mudar de uma ora para outra. Entretanto, como os estudos
20 não podem (e não devem) parar, é preciso divulgar alguns pensamentos
21 outros assentados em pesquisas com uma fundamentação teórica alterna-
22 tiva sem deixar de ser consistente, sem o que seria impossível, inclusive,
23 escrever este texto. O ponto de vista apresentado aqui defende a ideia de
24 que a contribuição do ensino da gramática para o desenvolvimento de
25 habilidades de leitura e escrita em todas as disciplinas, só se dará se to-
26 dos os professores de todas as disciplinas revisarem conceitos e imagens
27 correntes da disciplina gramática. Portanto, nossa reflexão se pautará nos
28 seguintes conceitos políticos correntes de gramática, tal como foram en-
29 focados por Sírio Possenti (1983):

- 30 1. gramática – conjunto de regras para quem quer falar e escrever
31 corretamente (corresponde à gramática normativa);

¹ Pós-Doutorado em Educação: Formação de Professores: FCU - Florida Christian University / EUA. Mestrado e Doutorado e Educação: Formação de Professores e Novas Tecnologias. Especialista em docência do ensino superior. Pesquisador no centro de estudos da linguagem pela Uniatlantico - Espanha.

- 1 2. gramática – conjunto de regras sistematizadas por um teórico a
2 partir da coleta e análise de dados de uma determinada variedade
3 de linguística (corresponde à gramática teórico-descritiva);
- 4 3. gramática – conjunto de regras utilizadas pelos falantes para
5 atender as necessidades de interação (corresponde à gramática
6 implícita ou internalizada).

7 De início, podemos chegar à conclusão de que os discursos sobre
8 o ensino de gramática estão assentados no “falar e escrever corretamen-
9 te” e nas descrições metalinguísticas da gramática teórico-descritiva. En-
10 sinar a falar e escrever corretamente seria aprender as regras da gramáti-
11 ca normativa e um rol de nomenclaturas.

12 A gramática implícita é considerada um conjunto de desvios, uma
13 vez que não atende às regras pré-estabelecidas nas gramáticas 1 e 2. Sa-
14 ber português, pois, é saber regras de acentuação, ortografia, reconhecer
15 categorias gramaticais e funções sintáticas etc.

16 Diante dessas considerações, a nossa questão centrará a atenção
17 em duas perspectivas: a científica e a ideológica.

18 Do ponto de vista científico, o conceito de gramática normativa –
19 conjunto de regras para o bem falar e escrever – não se sustenta, uma vez
20 que “bem falar e bem escrever” são avaliações subjetivas, em nenhum
21 outro campo de estudo encontramos tal tipo de avaliação, imaginem um
22 biólogo dizendo que as células humanas são boas e as células de uma va-
23 ca não são, ou um geógrafo dizendo que um continente é melhor do que
24 outro. No mínimo, a pergunta a ser feita é: o que é falar e escrever bem?

25 O falar em si atende à necessidade que todo falante tem de intera-
26 gir com outro, constituindo uma prática social própria de todas as comu-
27 nidades. Portanto, “falar e escrever bem”, mesmo apoiando-se nos “gran-
28 des escritores” não é corroborado pelos princípios científicos.

29 Uma atualização do conceito de gramática normativa deveria ser
30 “um conjunto de regras de uma variedade linguística, a padrão, para fins
31 pedagógicos”.

32 A gramática descritiva, ainda bastante presente no conteúdo de
33 ensino língua portuguesa nas escolas, é o resultado de uma pesquisa fun-
34 damentada em uma determinada corrente de investigação sobre a lingua-
35 gem: cooperativismo, estruturalismo, gerativismo, funcionalismo etc.
36 Todo objeto de investigação é descrito através de uma linguagem especí-

1 alizada, a descrição gramatical caracteriza-se também por uma metalinguagem para tal feito. Termos como sujeito, objeto, sintagma, morfema
2 etc. servem para nomear e sistematizar os fatos linguísticos investigados.
3

4 Além disso, é possível observar que temos descrição gramatical
5 da língua portuguesa que se distinguem: descrição tradicional, descrição
6 estruturalista, descrição gerativista e assim por diante, cada uma utilizando
7 nomenclaturas e interpretações distintas dos fatos da língua portuguesa.
8

9 As pesquisas científicas constituem um componente cultural próprio
10 de toda sociedade letrada e grafocêntrica, cujo objetivo é contribuir
11 para o aprimoramento da sociedade, atendendo às reais necessidades da
12 população integradas à possível transformação de determinadas estruturas.
13

14 Um dos equívocos no ensino de língua e gramática se dá a partir
15 do momento que se confunde objeto de investigação científica com objeto
16 de ensino de língua.

17 A metalinguagem, linguagem especializada para descrever o funcionamento
18 da própria linguagem, da língua e da gramática, tornou-se o
19 próprio objeto de ensino na educação básica. Ensina-se toda uma nomenclatura
20 e uma gama de conceitos provisórios como se fossem perpétuos, inquestionáveis
21 e cristalizados.

22 A linguagem, como objeto de ensino, é ou deveria ser analisada
23 em seu funcionamento nos textos, entendendo-os como uma das mais importantes
24 práticas sociais, proporcionando ao aluno a observação e o emprego de certos
25 recursos expressivos em contextos situacionais diversos vividos no cotidiano,
26 seja através do texto oral, seja através do texto escrito, cujo objetivo é atingir
27 uma interação mais significativa para os sujeitos envolvidos nesse processo.
28

29 Portanto, o trabalho de análise textual na escola consistiria numa constante
30 testagem de hipóteses para a produção dos discursos para que se conseguisse
31 os efeitos de sentido esperados pelo autor e, concomitantemente, entendendo
32 que nem sempre os efeitos esperados ocorrem, mesmo quando se atinge um nível
33 satisfatório de compreensão da relação sintático-semântica.
34

35 A gramática implícita ou internalizada, considerada como desvio
36 do padrão ou deficiência linguística (SOARES, 1990), é outro fator que
37 merece algumas considerações.

1 Entendendo a gramática como um conjunto de regras que o falan-
2 te aprendeu desde os primeiros anos de vida para atender a necessidade
3 de interação, é possível dizer que, na pior das hipóteses, que os desvios
4 também constituem um conjunto de regras que chamamos de gramática.
5 De posse de um conceito de gramática associado à variedade padrão da
6 língua, é (seria) lícito dizer que os usuários que não fazem uso dessa va-
7 riedade não sabem gramática, portanto não sabem falar e não sabem inte-
8 ragir.

9 Entretanto, se levarmos em conta os princípios científicos, vere-
10 mos que o objeto de pesquisa é considerado no seu todo, e neste caso, o
11 todo é a língua que, por sua vez, constitui-se como um conjunto de varie-
12 dades, cada qual com regras distintas, cujas bases permitem interações no
13 contexto social mais amplo. As frases “os meninos estão aqui” e “os me-
14 nino tá aqui” são elaboradas com regras gramaticais distintas sem prejuí-
15 zo no processo interativo.

16 Enquanto a primeira utiliza a redundância nas concordâncias no-
17 minal e verbal, a segunda utiliza a cumulação, ou seja, o morfema grama-
18 tical – s - assume a função pluralizadora nas referidas concordâncias. Um
19 ensino de gramática produtivo poderia levar em consideração a gramática
20 implícita como ponto de partida, desde que os colegas professores come-
21 cem a analisar as diferentes regras gramaticais empregadas – tão legíti-
22 mas quanto as legitimadas – pelos alunos nos processos interativos.

23 24 **2. Desenvolvimento**

25 Para tratar a gramática numa perspectiva ideológica é preciso
26 atentar para o discurso produzido sobre essa disciplina, identificando
27 quem o produz para quem e para quê.

28 Maurizio Gnerre (1991) aponta que

29 A separação entre a variedade culta ou padrão das outras é tão profunda
30 devido a vários motivos; a variedade culta é associada à escrita, é associada à
31 tradição gramatical, é inventariada nos dicionários e é portadora legítima de
32 uma tradição cultural e de uma identidade nacional.

33 Tomando emprestado este trecho, acredito que é possível formar a
34 base do quadro a ser traçado.

35 A vinculação da gramática à escrita diz respeito a uma tradição
36 que consiste no registro e sistematização de uma variedade eleita como
37 padrão pela classe que detêm o poder, e cujo objetivo era (ou será ainda?)

1 a comunicação entre os membros dessa classe através de um código es-
2 pecífico que exclui a classe estigmatizada de dominada.

3 O argumento utilizado para justificar a gramática era (e é) a legi-
4 timidade dos valores de uma cultura que caracterizava (caracteriza) uma
5 identidade nacional – ou seria parte de uma identidade nacional?

6 Os discursos com os quais nos deparamos nos diversos níveis de
7 ensino não são diferentes dessa tradição. Falas como “os alunos não sa-
8 bem português”, “a gramática normativa serve para não deixar as pessoas
9 transformarem a língua numa barbárie”, “se continuar assim, o que será
10 da nossa língua?” nada mais são do que uma reprodução (perpetuação)
11 de um sistema de referência construído no decorrer da nossa história.

12 Entretanto, é de se admitir que os fatos não são tão simples. A
13 gramática normativa, tradicionalmente entendida e enraizada na maioria
14 das escolas brasileiras, assume o papel de manutenção de uma ideologia
15 que se propõe a que os indivíduos não se reconheçam como cidadãos ca-
16 pazes de assumirem a protagonização de seus papéis na construção de
17 uma sociedade alternativa e, pior, não se reconheçam como sujeitos.

18 O aluno pertencente às classes menos favorecidas se depara, du-
19 rante as primeiras séries, com um arsenal de conceitos, regras e nomes
20 estranhos que precisam ser memorizados e reproduzidos nas avaliações,
21 pois a nota comprovará se esse aluno está aprendendo ou não a língua
22 portuguesa.

23 De fato, não é difícil verificar, já ao final do ensino fundamental,
24 do ensino médio e até do superior, o aluno se vendo como um incapaz de
25 aprender a língua e, embutido nesta constatação, a ideia de que ele, alu-
26 no, ocupa uma posição social “inferior”.

27 Se, de fato, houvesse o objetivo de ensinar a gramática normativa,
28 o procedimento ou metodologia seria outro: a criação de condições efeti-
29 vas de acesso aos textos escritos na variedade padrão, atentando para as
30 regras específicas dessa variedade, que dão forma aos conteúdos referên-
31 cias.

32 O que verificamos, portanto, é um discurso de que é preciso ensi-
33 nar a gramática normativa para que as pessoas falem, escrevam, leiam e
34 ouçam melhor, o que de fato não ocorre. Pelo contrário, deparamo-nos
35 com a sonogação dessa gramática, à qual chamamos de normativa, ao
36 nosso povo. Os conteúdos aprendidos no processo de formação dos pro-
37 fessores de língua portuguesa apresentam-se fragmentados e de difícil

1 acesso, uma vez que o normativo se confunde com o descritivo e, para
2 enlouquecer os mais sensíveis, a aprendizagem não se desloca para os
3 usos da linguagem.

4 O óbvio, tão próximo, parece inatingível: só aprendemos a apri-
5 mornar a nossa capacidade de interagir através da leitura e a produção dos
6 textos, pois foi assim que aprendemos desde crianças, ouvindo e falando.
7 Ler e escrever, portanto, são apenas modalidades de interação numa soci-
8 edade grafocêntrica como a nossa.

9 Semelhante à gramática normativa, o discurso da gramática des-
10 critiva tradicional apresenta o resultado de uma pesquisa como algo defi-
11 nitivo e, ainda, sem uma fundamentação teórica explícita. Atrelada aos
12 princípios apontados por Maurizio Gnerre, a gramática tradicional e ou-
13 tras que incorporaram algumas noções do estruturalismo e do gerativis-
14 mo, vê a língua como estática e imutável, assim como sua descrição: in-
15 questionável.

16 O texto é produzido de tal forma que as hipóteses, as teses e os
17 argumentos inexistem, dessa forma não convidam o leitor a compartilhar
18 opiniões e posicionamentos, caracterizando-se como um discurso único e
19 irrefutável, discurso onde ficam escondidas as complexidades próprias do
20 objeto de investigação científica. Ideologicamente, o discurso das referi-
21 das gramáticas parece objetivar a perpetuação da ideia de que tudo está
22 pronto e não é preciso pensar de forma alternativa.

23 Nas escolas, em sua maioria, ainda encontramos o compêndio
24 gramatical como a melhor solução para se aprender língua. Compêndios
25 esses que apenas apresentam alguns resultados de pesquisas, mas que
26 dimensionam como inquestionáveis e hegemônicos.

27 Não é demais acrescentar que muitos professores de todos os ní-
28 veis de ensino assumem o mesmo discurso e a mesma postura metodoló-
29 gica, como se fossem donos de um saber irrefutável, as complexidades,
30 que deveriam ser estudadas e que proporcionam o aprimoramento inte-
31 lectual do indivíduo, são simplesmente deixadas de lado.

32 Os discursos sobre a gramática implícita também têm um cunho
33 ideológico. Os alunos das classes menos favorecidas aprendem a varie-
34 dade não padrão, conhecendo, portanto, uma gramática que não está de
35 acordo com o padrão linguístico estabelecido. Dessa forma, os conceitos
36 certo e errado passam a prevalecer no espaço escolar: quem não fala co-

1 mo o padrão estabelecido fala errado, ou seja, a grande maioria do nosso
2 povo.

3

4 3. *Conclusão*

5 O discurso escolar, pautado na imutabilidade da língua, articula
6 três pontos centrais da ideologia dominante:

7 1 - a gramática normativa é a língua portuguesa;

8 2 - quem não aprende a gramática normativa não aprende a língua
9 portuguesa;

10 3 - o falar em desacordo com a gramática normativa (falar da maiori-
11 ria do nosso povo) é estigmatizado como desvios.

12 Esta articulação cria uma situação artificial, na qual o aluno se vê
13 em um espaço onde o seu código linguístico que o permite interagir em
14 todas as situações, é desprezado. Desprezada a sua linguagem, despreza-
15 do o seu ser sujeito.

16 Estas sucintas considerações possuem como objetivo chamar a
17 atenção para a importância da gramática na formação de habilidades de
18 leitura e escrita.

19 Entendendo a nossa disciplina – gramática – nas perspectivas aqui
20 apresentadas, acredito que será significativo dar mais um passo adiante
21 para formar leitores e produtores de textos de uma maneira mais adequa-
22 da e coerente.

23 A tarefa não é fácil, pois será preciso ultrapassar os limites de um
24 sistema de referência constituído no decurso histórico. Todavia, se foi a
25 linguagem que o constituiu, é essa mesma linguagem que há de propor-
26 cionar as condições alternativas, e necessárias, para a constituição de um
27 outro sistema de referência.

28

29 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

30 GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 3. ed. São Paulo:
31 Martins Fontes, 1991.

32 POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins
33 Fontes, 1988.

- 1 SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista
- 2 Brasileira de Educação, n. 25, 5-17, jan./abr.2004. Disponível em:
- 3 <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>>.